



demonstrações contábeis consolidadas em IFRS

acumulado até 30 de setembro de 2025

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 3º TRIMESTRE DE 2025

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 30 de setembro de 2025, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

1. CONTEXTO ECONÔMICO

O cenário global no 3T2025 foi marcado por incerteza e crescimento frágil. A inflação mundial demonstrou-se resistente, obrigando bancos centrais a manterem políticas monetárias contracionistas, o que elevou o custo de capital e restringiu o crédito globalmente. Agravando o quadro, tensões geopolíticas e comerciais desorganizaram as cadeias de suprimentos e aumentaram o risco para investimentos, resultando em projeções para o crescimento global de 2025 que variam entre 2,3% (Banco Mundial) e 3,2% (FMI - Fundo Monetário Internacional).

No âmbito doméstico, a economia brasileira desacelerou no 2T2025, crescendo 0,4% após 1,3% no trimestre anterior. O principal desafio reside no controle da inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), que acumulou em +3,64% até setembro de 2025. Para combatê-la, o Banco Central mantém a taxa Selic em 15% ao ano, visando encarecer o crédito e desestimular o consumo.

O estoque total de crédito do Sistema Financeiro Nacional atingiu R\$ 6,8 trilhões (+10,1% em 12 meses) em setembro de 2025, com expansão nas carteiras de pessoas físicas (+11,0% em meses) e jurídicas (+8,7% em 12 meses). O crescimento dos empréstimos que compõem o crédito ampliado foi de 9,6% em doze meses. Contudo, a inadimplência da carteira de crédito total subiu para 3,9% em setembro, aumento de 0,7 p.p. em doze meses. A expectativa de expansão anual do PIB brasileiro para 2025 está projetada entre 2,0% e 2,4%.

A economia do Espírito Santo tem mostrado resiliência interna, sustentada por um mercado de trabalho aquecido, apesar de ser vulnerável a choques externos, como a queda dos preços internacionais de commodities (minério de ferro, petróleo e celulose) e de ser limitada pela persistência da inflação e dos juros elevados, que limitam o poder de compra e o consumo das famílias.

O PIB do ES cresceu 2,3% no 2T2025, um resultado contínuo e superior à média nacional, impulsionado principalmente pelos setores de Indústria (+5,2%) e Serviços (+0,6%). Em valor nominal, o PIB capixaba no período foi estimado em R\$ 59,5 bilhões, totalizando R\$ 215,1 bilhões no acumulado de quatro trimestres. No entanto, a inflação na Grande Vitória para setembro foi de 0,76%, resultado superior à média nacional, devido à alta no custo

da energia elétrica residencial, que refletiu o reajuste de 15,3% na tarifa vigente a partir de agosto. Para o ano de 2025, a projeção de crescimento do estado para 2025 é de aproximadamente 0,5%, sustentada pela expectativa de aumento na produção de minério de ferro e de petróleo e gás, o que sugere que a força da produção de *commodities* pode superar, em parte, os impactos do cenário global e dos juros altos.

2. DESTAQUES DO PERÍODO

O BANESTES é uma instituição consolidada, com forte compromisso com a sustentabilidade empresarial. Sua atuação é pautada por três pilares essenciais para o mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação e Comunicação e Gente. O Banco cumpre sua função econômica e social, apoiando clientes e a sociedade capixaba através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a preço justo, serviços, atendimento e parcerias.

✓ Lucro Líquido no terceiro trimestre atingiu R\$ 106 milhões e no acumulado do ano atingiu R\$ 225 milhões (-27,9% em 12 meses). O faturamento¹ no trimestre avançou 30,2% com relação ao terceiro trimestre de 2024 e 10,2% contra o trimestre anterior, somando R\$ 1,6 bilhão diante as elevações das receitas com caixa e equivalentes (+100,4% em 12 meses e +36,7% em 3 meses) e das receitas com empréstimos e recebíveis (+26,4% em 12 meses e +5,0% em 3 meses). No acumulado do ano, o faturamento atingiu R\$ 4,4 bilhões crescente 13,4% contra o mesmo período de 2024, em razão das mesmas variáveis supracitadas - caixa e equivalentes (+126,7% em 12 meses) e de empréstimos e recebíveis (+24,8% em 12 meses) reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes² (+13,2% em 12 meses). As despesas financeiras no trimestre avançaram (+44,1% em 12 meses e +12,1% em 3 meses), acumulando no ano o valor de R\$ 2,9 bilhões (+18,3% em 12 meses) com destaque para a elevação dos custos com depósitos de clientes (+31,5% em 12 meses) função direta do patamar da taxa de juros - Selic. O *impairment* no trimestre atingiu R\$ 58 milhões diante da revisão dos modelos estatísticos de riscos de perda esperada; somando no ano o valor de R\$ 259 milhões (+157,6% em 12 meses). Outros itens que impactaram o resultado no trimestre: i) a elevação do resultado com serviços e comissões (+26,7% em 12 meses e +14,6% em 3 meses); ii) forte resultado de seguros e previdência (+80,9% em 12 meses e +40,9% em 3 meses); e iii) aumento das despesas com pessoal (+5,2% em 12 meses e +3,7% em 3 meses) e das outras despesas administrativas (+9,2% em 12 meses e +1,3% em 3 meses). Em suma, no acumulado do ano a eficiência operacional³ foi de 51,8% e a eficiência operacional ajustada ao risco⁴ atingiu 63,4%;

✓ O patrimônio líquido registrado no terceiro trimestre de 2025 foi de R\$ 2,4 bilhões, 7,6% superior ao mesmo período de 2024 e 5,8% maior que a posição do quarto trimestre de 2024. O índice de Basileia alcançou 14,5%

¹ Trata-se do total das receitas financeiras, receitas de serviços, resultado de ativos financeiros para negociação, resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes, resultado de seguros e previdência e resultados de operações de câmbio e variação cambial.

² Trata-se do total do saldo bruto de empréstimos e recebíveis.

³ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

⁴ Relação entre o total da despesa administrativa (pessoal e outras) e o total da margem financeira, do resultado com *impairment* de ativos financeiros, da receita com serviços, do resultado de ativos financeiros para negociação, do resultado de ativos financeiros disponíveis para venda, do resultado de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado e dos outros resultados abrangentes e do resultado de operações de câmbio e variação cambial.

composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROE)⁵ foi de 14,5% e o retorno sobre o ativo médio (ROA)⁶ foi de 0,9%. A reserva de lucros (R\$ 481 milhões) recuou 15,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2024 e 35,5% contra o quarto trimestre de 2024 diante da migração de recursos para compor o capital social que se elevou 18,8% passando a contabilizar R\$ 1,9 bilhão. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 23 milhões, atingindo no acumulado do ano o valor de R\$ 105 milhões;

✓ Os ativos no terceiro trimestre atingiram R\$ 39,1 bilhões (+4,4% em 12 meses e +6,0% no ano), impactado pela manutenção do forte avanço das operações de empréstimos e recebíveis (+13,1% em 12 meses e +6,7% no ano) reflexo das concessões/safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada do avanço da economia local, principalmente, no setor de varejo e de serviços. Os recursos em tesouraria recuaram 0,5% contra o terceiro trimestre de 2024 diretamente afetados pela retração da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado (-4,8% em 12 meses e -41,8% no ano), em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados (alienação de ativos). Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 9,3 bilhões (-2,1% em 12 meses e +112,2% no ano). Importante frisar que o BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade as garantias adquiridas nas concessões, o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e a recuperação de créditos em prejuízo;

✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 12,6 bilhões crescentes 13,2% contra o terceiro trimestre de 2024 e +6,8% contra o quarto trimestre de 2024. O segmento pessoa física totalizou R\$ 8,7 bilhões (+12,5% em 12 meses e +7,6% no ano); enquanto o segmento corporativo somou R\$ 3,9 bilhões (+15,0% em 12 meses e +5,3% no ano). Da carteira de clientes corporativos, 68,2% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e apenas 31,8% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades de crédito rural (+72,6% em 12 meses e +33,1% no ano), crédito pessoal (+12,4% em 12 meses e +8,4% no ano) e crédito comercial (+12,7% em 12 meses e +6,0% no ano). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada⁷, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 15,1 bilhões (+8,3% em 12 meses e +2,8% no ano) mantendo o crescimento expressivo da operação bancária. O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 521 milhões (+15,6% em 12 meses e +10,0% no ano);

✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,4% e, no conceito ampliado, em 2,0%, permanecendo estável nos últimos dois trimestres. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da

⁵ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos patrimônios líquidos de setembro de 2025 e setembro de 2024.

⁶ Relação entre o lucro líquido dos últimos 12 meses e a média dos ativos totais de setembro de 2025 e setembro de 2024.

⁷ Trata-se do total dos saldos brutos de empréstimos e recebíveis, de TVM privado (debêntures, notas promissórias/comerciais, CDBs – certificado de depósitos bancários, letras financeiras, CRIs – certificado de recebíveis imobiliários, letras de crédito do agronegócio, FDICs – fundo de investimento em direitos creditórios e letras de crédito imobiliário) e garantias prestadas (avais e fianças).

pessoa física foram de 1,7% enquanto, no segmento da pessoa jurídica atingiu o patamar de 4,1%. A inadimplência comercial vem avançando no ano (+0,3 p.p.) contra a posição apurada em dezembro/2024 principalmente atrelado ao segmento corporativo - pessoa jurídica (+1,0 p.p.). Os estágios das operações que compõem a carteira de crédito comercial do BANESTES se posicionaram da seguinte forma em setembro de 2025: 84,0% no estágio 1, 12,4% no estágio 2 e 3,6% no estágio 3. Consoante com sua estratégia e atento ao cenário econômico, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;

✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 23,5 bilhões no trimestre, avançando ligeiramente (+1,0%) contra o mesmo período de 2024 e +2,9% contra o quarto trimestre de 2024. Os recursos de depósitos à vista quando comparados com o mesmo período de 2024 apresentaram queda (-10,0%); contudo os recursos de poupança (+2,4% em 12 meses e +2,1% no ano) e depósitos a prazo (+1,3% em 12 meses e +3,0% no ano) apresentaram constante crescimento. Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 1,1 bilhão (+10,8% em 12 meses e -0,3% no ano). Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 10,3 bilhões, avançando tanto em doze meses (+14,1%) quanto comparado com a posição do quarto trimestre de 2024 (+15,8%), decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 1.070 mil contas correntes (+2,3% em 12 meses) e 656 mil contas de poupança (+1,0% em 12 meses), relacionando-se com 1.433 mil clientes (+2,2% em 12 meses), a sua maioria, 1.360 mil foram pessoas físicas (+2,7% em 12 meses) e 83 mil pessoas jurídicas. Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 8,8 bilhões com expressivos avanços de 25,1% em doze meses e 16,4% no ano;

✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 244 milhões, aumentos de 6,9% contra o mesmo período de 2024 e 2,6% contra o trimestre anterior. No acumulado do ano, as despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram R\$ 731 milhões (+7,2% em 12 meses), pautados nos custos adicionais com a atividade bancária em publicidade e propaganda comercial e impactos econômicos do PDV – Plano de Desligamento Voluntário ocorridos no primeiro trimestre deste ano. Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral⁸ atingiu 38,5%, enquanto, no acumulado do ano registrou 36,4%;

✓ O resultado de serviços e comissões foi de 60 milhões no trimestre, avanços de 26,7% contra o terceiro trimestre de 2024 e 14,6% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 94 milhões (+4,3% em 12 meses e +7,1% em 3 meses) em que houve avanços expressivos nas receitas de corretagem de seguros (+28,8% em 12 meses e +21,3% em 3 meses) e nas receitas com cartões de crédito e débito (+39,7% em 12 meses e +5,0%

⁸ Relação entre a receita de serviços e o total da despesa administrativa (pessoal e outras).

em 3 meses). No acumulado do ano, o resultado com serviços e comissões atingiu R\$ 159 milhões (+14,7% em 12 meses). Foram registradas mais de 50 milhões de transações totais (incluindo consultas), representando um aumento de 2,8% em doze meses. Desse volume, as transações financeiras realizadas nos canais digitais (Aplicativo e *Internet Banking*) atingiram 21 milhões de operações neste trimestre, um crescimento de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior;

✓ Os Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no 3T2025 somou R\$ 130 milhões, um aumento de 19,2% em doze meses. No acumulando no ano, esse montante atingiu R\$ 323 milhões, representando um crescimento de 13,5% sobre o mesmo período de 2024. Desse valor total, R\$ 251 milhões (+18,1% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações da Instituição para a arrecadação. Os encargos sociais sobre a folha de pagamentos complementaram o valor, somando R\$ 72 milhões (+0,1% em 12 meses); e

✓ A nota de rating do BANESTES manteve-se em AA+(bra) com perspectiva estável concedida pela Fitch Rating - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do Banco, que é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez.

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES entende a importância do modelo “Figital” para atender a todos os perfis de clientes e às diferentes complexidades de serviços que o Banco oferece. Essa estratégia é evidenciada pela manutenção de sua ampla rede física (composta por 750 pontos de atendimento, sendo 148 agências e postos, 274 pontos de atendimento eletrônico e 328 correspondentes) e, paralelamente, pela consolidação digital por meio de seus canais. Essa consolidação digital reforçou, no 3T2025, a relevância dos canais digitais para os clientes, com destaque para o aplicativo. Foram registradas mais de 50 milhões de transações totais (incluindo consultas), representando um aumento de 2,8% em doze meses. Desse volume, as transações financeiras realizadas nos canais digitais (Aplicativo e *Internet Banking*) atingiram 21 milhões de operações neste trimestre, um crescimento de 7,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Banco reforça seu compromisso com a modernidade e a satisfação do cliente, evidenciado pelo expressivo investimento de R\$ 110 milhões em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) até setembro de 2025. Esse aporte visa garantir competitividade e eficiência no mercado cada vez mais digital, abrangendo áreas cruciais como: desenvolvimento e manutenção de software e sistemas; segurança da informação e infraestrutura de TI; serviços em nuvem, governança e proteção de dados; avanços em inteligência artificial (IA) e aprimoramento constante do APP BANESTES.

Na busca por acelerar a transformação digital, o Banco investe em inovação e parcerias estratégicas, como o Programa Inov.AI, que permitiu o desenvolvimento ágil de 36 aplicações via tecnologias *Low-Code*, e a renovação da associação à Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM), que estimula a inovação. A adoção de IA foi um marco do período: o Banco expandiu o uso de IA Generativa com as soluções *Gemini* e *NotebookLM* da *Google*. Paralelamente, a parceria com a *startup* AUMO ampliou a capacidade do assistente Sab.IA transformando-o em uma plataforma de orquestração de assistentes e agentes inteligentes, além do lançamento de uma Comunidade de Prática (CoP) de IA. No que tange à infraestrutura de dados, foi concluída a entrega do *Data Mart* do Cartão Banescard Visa, expandindo os dados disponíveis no *Data Warehouse* e viabilizando novos indicadores para apoio à decisão, e foi aprovada a contratação de consultoria especializada para *Business Intelligence, Analytics* e Inteligência Artificial.

Em termos de desempenho de produtos, os cartões BANESTES registraram um faturamento de R\$ 1,4 bilhão no 3T2025, um aumento de 3,2% em doze meses, impulsionado por investimentos estratégicos em marketing para o cartão Banescard Visa. A campanha “Se Liga nos Pontos”, por exemplo, alcançou um faturamento incremental de mais de R\$ 50 milhões. A plataforma digital Bizi, focada em servidores e empregados públicos, consolidou sua relevância no mercado nacional, originando mais de R\$ 50 milhões em empréstimos digitais (sendo aproximadamente R\$ 27 milhões acumulados somente em 2025) e expandindo seu portfólio com a venda de seguro de vida em todo o Brasil.

Visando a eficiência operacional e a experiência do cliente, o Banco expandiu as funcionalidades do aplicativo e incrementou o Programa de Fidelidade com novas opções de resgate (*vouchers* e vales-combustíveis) e ampliação do Pagar com Pontos, que possibilita ao cliente utilizar seus pontos para consumo em estabelecimentos comerciais.

O trimestre foi marcado por integrações e adequações sistêmicas que beneficiaram o crédito consignado (com destaque para a integração com o SERPRO e o SiapeNet). O Banco investiu em inteligência de negócios para a rede de agências, lançando uma nova funcionalidade que automatiza a identificação de clientes de maior potencial de rentabilidade. Em linha com a gestão de risco e a excelência no relacionamento, o BANESTES lançou uma nova funcionalidade digital para combate à inadimplência, que notifica o cliente de forma proativa antes e após o vencimento da operação de crédito, aprimorando a experiência e atuando como ferramenta essencial para a redução dos índices de atraso.

O “Crédito do Trabalhador”, nova modalidade de crédito consignado instituída pelo governo, ampliou o mercado de crédito consignado e impulsionou significativamente a operação do BANESTES desde seu lançamento. Focada em trabalhadores celetistas (o público-alvo do programa), essa linha de crédito permitiu ao Banco registrar uma expansão de 97,0% na concessão, graças à sua implementação automatizada e segura.

O BANESTES reforça seu papel como pilar da economia capixaba no apoio às Micro e Pequenas Empresas (MPes) incluindo profissionais liberais, injetando cerca de R\$ 142 milhões em mais de 2.767 operações via PRONAMPE

(Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) em 2025 (com cerca de R\$ 45 milhões em 878 operações somente no 3T2025). Adicionalmente, a carteira ativa de Capital de Giro e Crédito Investimento para MPEs totaliza R\$ 3,2 bilhões em 13.433 contratos. Para fomentar ainda mais o desenvolvimento, o Banco lançou e reabriu produtos estratégicos de crédito, com destaque para a reabertura da carteira direcionada. Essa inclui cinco novas linhas para MPEs com benefícios significativos, como prazo longo de 120 meses, carência de até 24 meses e isenção de IOF.

Em continuidade ao fomento econômico, a carteira de Crédito Rural atingiu R\$ 1,2 bilhão, um crescimento de 33,5% em relação ao final de 2024. Mais especificamente, as liberações da Safra 2025/2026 somaram R\$ 204 milhões até o fim do 3T2025, o que representa um aumento superior a 60,0% comparado à Safra anterior, consolidando o BANESTES como parceiro essencial para o agronegócio.

No pilar de Capital Humano, o BANESTES priorizou a expansão do quadro de pessoal no 3T2025, realizando 132 convocações do Concurso Público. Participaram do *onboarding* institucional, 45 novos colaboradores com temas sobre *compliance*, ética e interação com o presidente, enquanto a equipe teve valorização salarial com o reajuste em setembro de 5,68% em sobre a remuneração e de 6,10% no valor dos tíquetes refeição e alimentação.

Em desenvolvimento profissional, o Programa Altitude capacitou 198 líderes e Gerentes de Relacionamento, e 300 novos colaboradores receberam licenças Alura. Foram priorizados também no período, os programas de treinamento para garantir a conformidade legal e o alcance de objetivos estratégicos, foi promovido um treinamento presencial de grande relevância para 426 gerentes gerais e de relacionamento, com foco em temas gerenciais e controle de risco de crédito. No âmbito do bem-estar e da responsabilidade social, o Banco manteve sua agenda de sensibilização interna, promovendo ativamente campanhas focadas em diversidade e inclusão.

No pilar de Compliance e Risco, o Banco realizou o Treinamento em Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo (PLD/FTP), que incluiu a reciclagem anual para todos os colaboradores, além de sessões específicas para as áreas de controle, e iniciou o programa de Documentoscopia e Prevenção à Fraude, capacitando 120 colaboradores.

Em Comunicação e Marketing, o BANESTES intensificou seus investimentos estratégicos no fluxo horizontal de informações internas e na presença digital, atuando ativamente em redes sociais (*Instagram, Facebook, LinkedIn, Youtube* e *X*) e na divulgação externa da marca. No 3T2025 foram priorizados a performance digital e regionalização, com a campanha “BIZI – Gestão Mídia Digital” que foi fundamental para a visibilidade, com forte ênfase na comunicação das linhas de Crédito Consignado e Rural. O desempenho de comunicação foi positivo, com 302 inserções na mídia (sendo 298 favoráveis/neutras) e 2.417 interações monitoradas nas redes sociais.

Adicionalmente, o Banco destinou aproximadamente R\$ 96 mil para Publicações Legais. A Identidade Visual recebeu um investimento de quase R\$ 50 mil para manutenção e expansão. A Instituição focou na padronização

visual da rede, realizando a implementação de novas sinalizações e a execução de manutenções essenciais em diversas agências.

O Banco investiu mais de R\$ 2 milhões em 57 projetos de patrocínios e eventos, com destaque para os patrocínios de negócios como as feiras agropecuárias – Coaabriel e Expo Rio Preto SP (onde foram aprovados mais de R\$ 90 milhões em propostas de crédito rural) e eventos culturais como a Feira dos Municípios do ES e o Festival Gastronômico Roda de Boteco, estratégico para fortalecer o relacionamento e promover produtos como o lançamento do "Pagar com Pontos" no Banescard Visa. A atuação de marketing e patrocínios ainda abrangeu o compromisso social e esportivo, alinhado à proposta ESG, com apoio a eventos esportivos, como a Maratona de Vitória e o Campeonato Estadual Banestes de *Beach Soccer* e a projetos via Lei *Rouanet* e ao Fundo da Infância e Adolescência.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES mantém uma estrutura sólida de governança, gestão de riscos e controles internos, desenvolvida para otimizar o capital dos acionistas e, fundamentalmente, reduzir os riscos. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria que se reporta diretamente à Presidência do Banco. Essa área possui unidades dedicadas à gestão e avaliação de diferentes tipos de riscos, incluindo crédito, mercado e liquidez, além de unidades focadas na continuidade dos negócios e na Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Financiamento do Terrorismo e Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa (PLD-FTP).

Em total conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos. Essa abordagem inclui a figura de um Diretor de Riscos e Controle, responsável por todo o Conglomerado Prudencial. Adicionalmente, um Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital assessora o Conselho de Administração em decisões estratégicas.

Para promover uma forte cultura interna de gerenciamento de riscos e compliance, o Banco implementou o Programa de Integridade BANESTES, baseado em procedimentos normatizados e controles internos alinhados à legislação brasileira de combate à corrupção. Este programa inclui ações e controles para prevenir corrupção e atividades ilícitas, sendo que um canal de denúncias está disponível no site do BANESTES para comunicação segura de irregularidades.

No âmbito específico de prevenção, o programa de PLD/FTP da Instituição é abrangente, com políticas e controles robustos para evitar essas práticas, conforme as exigências normativas. Inclusive, para fortalecer a prevenção, há um canal interno de comunicação dedicado à área de PLD/FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br.

Atuando como a "terceira linha de defesa", a Auditoria Interna do BANESTES se reporta diretamente ao Conselho de Administração. Sua função é aprimorar continuamente os processos de gerenciamento de riscos, controles internos e a governança corporativa. Além disso, o Banco realiza análises gerenciais de risco social, ambiental e

climático, monitorando clientes pessoa jurídica com maior potencial de impacto para mitigar perdas e identificar eventos adversos.

Em outro pilar de governança, o BANESTES demonstra um forte compromisso com a proteção de dados e a segurança cibernética. A Instituição mantém um Programa de Proteção de Dados abrangente, assegurando a conformidade de toda a sua infraestrutura com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Isso se reflete na revisão contínua de contratos, que agora incluem cláusulas protetivas específicas, e na disponibilidade de um canal oficial de comunicação dedicado a assuntos relacionados à LGPD.

O SFB conta com contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, visando fortalecer a segurança cibernética e da informação.

Complementarmente, a plataforma de conscientização de segurança foi implantada, e com a aprovação da política e a condução do plano de conscientização 2025/2026, será utilizada para melhorar o mapeamento e a mitigação do risco cibernético em pessoas, através de testes e trilhas de conhecimento, aplicáveis aos diversos momentos dos colaboradores e parceiros, desde o *onboarding* até reciclagens periódicas e campanhas direcionadas para riscos emergentes.

5. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) alcançou um lucro líquido de R\$ 12 milhões no 3T2025. No acumulado do ano, o resultado foi de R\$ 30 milhões, garantindo um Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) de 17,5%, e representa 9,8% do resultado consolidado do Sistema Financeiro Banestes (SFB) no período. O prêmio ganho total da seguradora apresentou um aumento de 9,3% em relação ao mesmo período de 2024, com destaque para o crescimento de 15,8% da carteira de pessoas. Esse desempenho, que evidencia a solidez da seguradora, é sustentado por um rigoroso acompanhamento da gestão das despesas administrativas por meio de indicadores internos, caracterizando uma boa prática de governança.

Visando o crescimento contínuo e a melhoria da experiência do cliente, a BANSEG investe continuamente em inovação e gestão de projetos de infraestrutura e governança em tecnologia da informação. A seguradora iniciou o desenvolvimento de novos produtos nas áreas de Vida e Habitacional, com previsão de lançamento para o 2º Semestre de 2025. Na busca por inovação e maior competitividade, a BANSEG está implantando um novo sistema de gestão de seguros, que trará maior celeridade e eficiência operacional, ampliando a oferta de produtos e as possibilidades de parcerias em resseguros e/ou cosseguros.

No âmbito do capital intelectual, a BANSEG valoriza seus talentos por meio de seleção interna, promoções por meritocracia e investimento no desenvolvimento de lideranças com capacitações internas e externas. Por fim, reconhecendo seu papel na sustentabilidade, a BANSEG atua no desenvolvimento de ações ESG (Ambiental, Social e Governança) por meio do Comitê de Sustentabilidade, que já estabeleceu planos de ação para mitigar os riscos

atrelados à sustentabilidade na Companhia após a aprovação da Matriz de Materialidade.

A BANESTES Corretora (BANESCOR) alcançou um lucro líquido de R\$ 12 milhões no 3T2025. O resultado acumulado no ano soma R\$ 34 milhões, representando 11,2% do resultado consolidado SFB no período. Esse desempenho é impulsionado pelo crescimento consistente no volume de produção de seguros, reforçando sua posição de destaque no mercado.

Entre os principais resultados, os seguros de Acidentes Pessoais (BAP) se sobressaiu, com um notável aumento de 154,7% em relação ao mesmo período de 2024, atingindo a marca de R\$ 10 milhões em produção. A parceria com a administradora de consórcio Embracon também apresentou resultados excepcionais, somando R\$ 49 milhões no trimestre, um crescimento de 59,6% na comparação anual.

Outros produtos tiveram trajetórias de expansão e contribuíram significativamente para o bom desempenho da Corretora no período: Seguro de vida (R\$ 15 milhões; +17,0% em 12 meses); Prestamista PJ (R\$ 5 milhões; +29,2% em 12 meses); Prestamista PF (R\$ 2 milhões; +348,3% em 12 meses); Seguro residencial (R\$ 2 milhões; +13,6% em 12 meses); e Seguro automóvel (R\$ 2 milhões, +2,2% em 12 meses).

No segmento de previdência, a BANESCOR encerrou o 3T2025 com uma carteira de R\$ 951 milhões, o que representa um aumento de 13,9% em relação a 2024. Os pagamentos mensais somaram R\$ 1 milhão, refletindo o compromisso da Corretora com a excelência na gestão, a ampliação de parcerias estratégicas e o fortalecimento da oferta de produtos voltados às necessidades dos clientes.

A BANESTES DTVM, especializada em gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, oferece diversos produtos de investimento, como fundos de renda fixa, multimercados e de ações, e o FII Banestes Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que possui cerca de 43 mil cotistas. No 3T2025, a DTVM manteve o ritmo de captação e chegou a R\$ 9,3 bilhões sob gestão e um lucro líquido de R\$ 6 milhões, 26,2% superior ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, o lucro líquido foi de R\$ 15 milhões, resultado que representa uma participação no lucro consolidado do SFB de 4,8%. Considerando também a BANESTES Corretora, o lucro líquido acumulado de 2025 chega a R\$ 49 milhões.

A BANESTES Loteria encontra-se em fase pré-operacional, estabelecendo sua estrutura mínima sob a administração de um Conselho e Diretoria. Operando em compartilhamento com o BANESTES, ela utiliza áreas de apoio como contabilidade, auditoria e TI, e suas atividades são realizadas por funcionários do próprio BANESTES, já que a Loteria não possui quadro de pessoal próprio.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao terceiro

trimestre de 2025.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 01/04/2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no terceiro trimestre de 2025.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES expressa sua gratidão aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros pelo empenho contínuo e pela confiança depositada na Instituição. Juntos, fortalecemos cada vez mais o Banco, construindo uma organização sólida e rentável, em sintonia com as expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO CONSOLIDADAS EM IFRS

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	13
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	14
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO	14
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	15
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO	15
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	17
1. CONTEXTO OPERACIONAL	19
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	19
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	21
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	41
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	43
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	57
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	58
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	59
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	60
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	60
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	63
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	64
13. OUTROS ATIVOS	66
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	66
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	67
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	67
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	68
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	68
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	69
21. OUTROS PASSIVOS	71
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	72
23. MARGEM FINANCEIRA	73
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	74
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	74
26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	74
27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	75
28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS	75
29. DESPESA DE PESSOAL	75
30. PROVISÕES	75
31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	76
32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	76
33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	77
34. RESULTADO POR AÇÃO	77
35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	77
36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	79
37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS	80
38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	81
39. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	82
40. EVENTO SUBSEQUENTE	83
41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	84

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.500.227	1.388.546
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	482.295	398.683
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	7.659.523	14.232.497
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		7.659.523	14.232.497
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	27.756.154	19.378.369
Créditos a Instituições Financeiras		13.218.029	4.454.743
Empréstimos e Recebíveis		12.038.611	11.285.113
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		2.499.514	3.638.513
Operações de Seguros		27.577	27.602
Outros Ativos	13	651.203	592.409
Ativos Fiscais Diferidos	12	379.925	308.518
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	46.125	46.404
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	221.391	163.966
Ativos Intangíveis	16	407.379	379.917
Total do Ativo		39.131.799	36.916.911

PASSIVO	Notas	30/09/2025	31/12/2024
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	10.323.258	8.917.652
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	23.493.455	22.841.860
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.122.136	1.125.357
Passivos de Impostos Correntes		27.226	5.363
Passivos de Operações de Seguros		56	3.264
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	34.818	20.460
Passivos para Sinistros Ocorridos	22c	28.684	29.437
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22b	11.515	11.515
Provisões	20	176.510	164.647
Outros Passivos	21	1.444.224	1.463.336
Passivos Fiscais Diferidos	12a	22.182	20.472
Patrimônio Líquido			
Capital Social	35	1.900.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(16.725)	(31.477)
Reservas de Lucros		480.848	745.025
Lucros Acumulados		83.612	-
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.447.735	2.313.548
Total do Patrimônio Líquido		2.447.735	2.313.548
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		39.131.799	36.916.911

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas Financeiras		1.433.945	1.097.788	3.949.219	3.488.091
Despesas Financeiras		(1.052.883)	(730.847)	(2.855.356)	(2.413.630)
Margem Financeira	23	381.062	366.941	1.093.863	1.074.461
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		93.755	89.930	266.287	257.845
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(33.759)	(42.563)	(107.733)	(119.659)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	59.996	47.367	158.554	138.186
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	19.325	-	51.345	1.054
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo através Outros Resultados Abrangentes		-	9.298	-	20.317
Resultado de Seguros e Previdência	27	40.025	22.127	107.519	90.720
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	28	(58.320)	32.088	(258.730)	(100.442)
Despesa de Pessoal	29	(138.021)	(131.174)	(425.184)	(386.320)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		10.164	9.636	24.214	27.329
Provisões	30	(7.181)	(1.878)	(24.839)	(15.990)
Despesas Tributárias	31	(32.672)	(29.228)	(94.144)	(85.491)
Outras Despesas Administrativas	32	(105.752)	(96.804)	(305.485)	(295.394)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	33	(10.070)	(7.989)	(27.521)	(9.604)
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		158.556	220.384	299.592	458.826
Impostos Correntes	12	(72.741)	(55.229)	(156.489)	(126.784)
Impostos Diferidos	12	20.157	(28.279)	81.662	(20.279)
Lucro Líquido do Período	34	105.972	136.876	224.765	311.763
Resultado do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		105.972	136.876	224.765	311.763
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		347.504	315.912	347.504	315.912
Ações Ordinárias		254.107	231.006	254.107	231.006
Ações Preferenciais		93.397	84.906	93.397	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	34	0,30	0,43	0,65	0,99

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Trimestre		Acumulado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro Líquido do Período		105.972	136.876	224.765	311.763
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	10	1.666	8.310	14.752	(5.785)
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	6.490	25.539	31.070	12.635
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação		(2.734)	(9.298)	(4.621)	(20.317)
Efeito em Impostos	10	(2.090)	(7.931)	(11.697)	1.897
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		1.666	8.310	14.752	(5.785)
Resultado Abrangente do Período		107.638	145.186	239.517	305.978
Resultado Abrangente do Período Atribuível aos:					
Acionistas Controladores		107.638	145.186	239.517	305.978

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	(58.000)	-	(93.924)	(151.924)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(58.000)	-	(93.924)	(151.924)
Resultado Abrangente Total	-	-	(5.784)	311.763	305.979
Lucro Líquido do Período	-	-	-	311.763	311.763
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(5.784)	-	(5.784)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ.	-	-	-	-	-
VJORA Líquido de Impostos	-	-	(5.784)	-	(5.784)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	102.548	-	(102.548)	-
Outras movimentações	-	102.548	-	(102.548)	-
Saldos Finais em 30 de setembro de 2024	1.600.000	571.482	(11.900)	115.291	2.274.873

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.022	(31.477)	-	2.313.545
Transações de Capital com os Sócios	300.000	(300.000)	-	-	-
Aumentos de Capital	300.000	(300.000)	-	(105.243)	(105.243)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	-	-	(105.243)	(105.243)
Resultado Abrangente Total	-	-	14.752	224.765	239.517
Lucro Líquido do Período	-	-	-	224.765	224.765
Outros Resultados Abrangentes	-	-	14.752	-	14.752
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ.	-	-	-	-	-
VJORA Líquido de Impostos	-	-	14.752	-	14.752
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	35.826	-	(35.910)	(84)
Constituição de Reservas	-	36.050	-	(36.050)	-
Outras movimentações	-	(224)	-	140	(84)
Saldos Finais em 30 de setembro de 2025	1.900.000	480.848	(16.725)	83.612	2.447.735

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO
Em milhares de reais

	Notas	Acumulado	
		30/09/2025	30/09/2024
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(4.088.709)	(9.540.167)
Lucro Líquido do Período Ajustado		(910.088)	(1.157.355)
Lucro Líquido do Período		224.765	311.763
Ajustes ao Lucro		(1.134.853)	(1.469.118)
Depreciação e Amortização	15-16	89.262	77.345
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros	27	258.730	100.442
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(50.993)	-
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.179.921)	(1.306.389)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(357.935)	(493.674)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		6.960	5.157
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		24.832	15.806
Ajuste de Provisão - Outras		(615)	(14.868)
Despesas de Impostos Correntes		156.489	126.784
Despesas com Impostos Diferidos		(81.662)	20.279
Variação Líquida nos Ativos e Passivos		(3.178.621)	(8.382.812)
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		(3.958.506)	(2.524.935)
Reservas no Banco Central		13.734	12.060
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		(78.346)	55.456
Empréstimos e Recebíveis		(1.000.946)	(1.700.595)
Operações de Seguros		25	(2.000)
Outros Ativos		(57.263)	(16.230)
Depósitos de Clientes		651.593	884.371
Recursos de Instituições Financeiras		1.405.606	(5.593.117)
Títulos de Dívida Emitidos		(3.220)	332.922
Impostos Pagos		(122.661)	(116.640)
Passivos de Operações de Seguros		(3.208)	1.376
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		14.358	(2.567)
Passivos para Sinistros Ocorridos		(753)	4.402
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		0	2.564
Passivo de Arrendamento		18.345	(12.815)
Outros Passivos e Provisões		(57.379)	292.936
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		9.128.020	17.418.041
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		3.383	-
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(180.844)	(183.997)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		7.846.739	13.992.757
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(370.224)	(397.747)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		1.782.453	3.983.307
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(27.844)	(35.959)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	19.236	35.257
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(43.175)	(17.110)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	(2.712)	2.321
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(84.790)	(53.660)
Baixa de Ativos Imobilizados	15	39.952	36.700
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(84.026)	(192.653)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	602	41
Juros Recebidos		229.270	248.784
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos		(104.943)	(158.724)

Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(104.943)	(100.724)
Dividendos pagos		-	(58.000)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		4.934.368	7.719.150
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.396.352	1.814.140
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	9.330.720	9.533.290

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

Referente ao Período findo em 30 de setembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2025 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 13 de novembro de 2025 (Nota 39).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.

c. Base para Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			30/09/2025	30/09/2024
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100,00%	100%
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditórios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100,00%	100%

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2025 as seguintes alterações de normas foram adotadas:

- IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis:** A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. A alteração entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2025 e não

houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco.

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros

- **Emendas do IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As emendas, emitidas em maio de 2024, trazem esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros com governança ambiental, social e corporativa (ESG) e características similares, além de abordar critérios sobre a liquidação de passivos através de sistemas eletrônicos de pagamento. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11:** Incluem clarificações, simplificações, correções e alterações destinadas a melhorar a coerência de várias Normas de Contabilidade IFRS. As normas alteradas são: IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro; IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações e as orientações que a acompanham sobre a implementação da IFRS 7; IFRS 9 - Instrumentos Financeiros; IFRS 10 - Demonstrações Contábeis Consolidadas; e IAS 7- Demonstração do Fluxo de Caixa. As alterações são válidas para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a aplicação anterior. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtotais e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado

de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

• Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

• Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

• Avaliação do modelo de negócio

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

- **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

- **c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros**

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e

taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de origemação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios. Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 0 em 30 de setembro de 2025 (R\$ 34.759 em 30 de setembro de 2024).

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais
- (iii) quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. **Reclassificação de instrumentos financeiros**

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

c.4. **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

1. *Desreconhecimento de ativos financeiros*

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. *Desreconhecimento de passivos financeiros*

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a

contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”. Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, consequentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (low default portfolio – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente

provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2025 e 2024
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade (ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No acumulado até 30 de setembro de 2025, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear pro rata dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa.

Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 44,88%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 15,17%, enquanto que para os seguros prestamista o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 27,66%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 9,40%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a podenação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurred But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou swaps interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devessem ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como “Receitas de Prestação de Serviços e Comissões”.

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em “Provisões”.

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 30 de setembro de 2025, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 225 (R\$ 37 em 30 de setembro de 2024).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros, bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii) determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%; ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

- **Valor Justo dos Instrumentos Financeiros**

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

- **Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA**

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual

metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados apresentados.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2024 o BANESTES efetuou a revisão da estimativa da provisão para risco de crédito, decorrente de novas informações disponíveis nesse período e da experiência adquirida ao longo dos últimos anos, desde a divulgação da Resolução CMN nº4.966/2021. Este processo de revisão considerou também a avaliação da perda esperada de crédito por especialistas contratados pela Administração, a revisão periódica do SFB dessas estimativas e avaliação das melhores práticas do mercado, bem como a evolução contínua dos processos do Banco. Dessa forma, o BANESTES revisitou premissas e critérios, tais como: ajustes nas regras de alocação em estágio 2 (incluindo regras de aumento significativo de risco) e estágio 3; aplicação da PD 12 meses em contratos rotativos em estágio 1 e 2; ajustes no cálculo de PD Vida; ajuste no cálculo de LGD para contratos de financiamento imobiliário.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito da mudança da estimativa para período findo em 30 de setembro de 2024 é de R\$ 95.059.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como “Prováveis”, são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como “Provisões”.

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

- **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer.

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos

destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	30/09/2025	31/12/2024
Alienação Fiduciária	6.290.770	315.918
Aval/ Fiança/ Caução	114.953	28.272
Cessão/ Consignação	162.942	94.948
Hipoteca/ Penhor	1.552.819	128.231
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	4.187	164
Total	8.125.671	567.533

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do período.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	30/09/2025	31/12/2024
Imóveis	39.529	38.154
Veículos	7.809	9.742
Outros	-	14
Subtotal	47.338	47.910
Provisão p/ Desvalorização	(1.213)	(1.506)
Valor Líquido	46.125	46.404

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	30/09/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	7.659.523	-	-	7.659.523	14.246.788	-	-	14.246.788
Letras Fin. do Tesouro - LFT	6.977.665	-	-	6.977.665	12.886.108	-	-	12.886.108
Notas Fin. do Tesouro - NTN	99.147	-	-	99.147	190.688	-	-	190.688
Debêntures	582.711	-	-	582.711	1.090.514	-	-	1.090.514
Letras Financeiras	-	-	-	-	20.466	-	-	20.466
Cotas de Fundos	-	-	-	-	59.012	-	-	59.012
Total	7.659.523	-	-	7.659.523	14.246.788	-	-	14.246.788

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/09/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	13.218.029	-	-	13.218.029	4.454.743	-	-	4.454.743
Aplicações no mercado aberto	12.983.525	-	-	12.983.525	4.118.781	-	-	4.118.781
Aplicações em depósitos interfinanceiros	234.504	-	-	234.504	335.962	-	-	335.962
Instrumento de Dívida e Patrimônio	2.494.146	-	5.368	2.499.514	3.638.513	-	-	3.638.513
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	488.546	-	-	488.546	1.628.357	-	-	1.628.357
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	490.220	-	-	490.220	502.315	-	-	502.315
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	45.612	-	-	45.612	69.990	-	-	69.990
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	55.196	-	-	55.196	60.960	-	-	60.960
Debêntures	541.258	-	5.368	546.626	718.786	-	-	718.786
Letras financeiras	498.406	-	-	498.406	627.875	-	-	627.875
Nota Comercial	374.905	-	-	374.905	30.227	-	-	30.227
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.376.406	1.517.652	144.553	12.038.611	10.772.411	242.069	270.633	11.285.113
Créditos a clientes	10.376.406	1.517.652	144.553	12.038.611	10.772.411	242.069	270.633	11.285.113
Riscos potenciais	1.688.172	195.084	4.229	1.887.485	2.100.430	18.700	3.763	2.122.893
Limites a clientes	1.688.172	195.084	4.229	1.887.485	2.100.430	18.700	3.763	2.122.893
Total	27.776.753	1.712.736	154.150	29.643.639	20.966.097	260.769	274.396	21.501.262

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	30/09/2025	31/12/2024
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	482.295	398.683
Cotas de fundos de investimento	482.295	398.683
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	-	59.012
Cotas de fundos de investimento	-	59.012

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e “cura”

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de “cura” que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

Definição de inadimplência e “cura”

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).
- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* - PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (visão *forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento.

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	30/09/2025	31/12/2024
A	4.385.635	743.786
B	1.101.497	2.016.567
C	2.898.491	2.142.517
D	2.868.792	1.674.494
E	698.092	2.375.820
F	154.456	2.805.543
H	452.772	-
Total	12.559.735	11.758.727

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	Desocupação - últimos 3 meses	5.80% a.m
	Inadimplência PF - últimos 10 meses	3.66% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	Desocupação - último mês	5.60% a.m.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	Inadimplência PF - últimos 5 meses	4.13% a.m
	Desocupação - últimos 3 meses	5.80% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	Desocupação - últimos 5 meses	6.60% a.m
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	Inadimplência PJ - últimos 5 meses	2.46% a.a.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto,

nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 30 de setembro de 2025, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Desocupação	Base	2,8610%	0,00%
	Piora 1%	2,8918%	1,08%
	Melhora 1%	2,8305%	-1,07%
Inadimplência PF	Base	2,8610%	0,00%
	Piora 1%	2,8864%	0,89%
	Melhora 1%	2,8358%	-0,88%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
Desocupação	Base	4,2014%	0,00%
	Piora 1%	4,2254%	0,57%
	Melhora 1%	4,1775%	-0,57%
PIB	Base	4,2014%	0,00%
	Piora 1%	4,0817%	-2,85%
	Melhora 1%	4,3245%	2,93%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Inadimplência PF	Base	11,4888%	0,00%
	Piora 1%	11,9353%	3,89%
	Melhora 1%	11,0582%	-3,75%
Desocupação	Base	11,4888%	0,00%
	Piora 1%	11,5657%	0,67%
	Melhora 1%	11,4123%	-0,67%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
Inadimplência PJ	Base	4,8603%	0,00%
	Piora 1%	4,9575%	2,00%
	Melhora 1%	4,7649%	-1,96%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
Desocupação	Base	9,0067%	0,00%
	Piora 1%	9,2731%	2,96%
	Melhora 1%	8,7480%	-2,87%
PIB	Base	9,0067%	0,00%
	Piora 1%	8,4062%	-6,67%
	Melhora 1%	9,6501%	7,14%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em

conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;

- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	30/09/2025				31/12/2024			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	52.330.982	15.604.124	3.826.641	32.900.217	59.647.611	19.229.342	6.409.670	34.008.599
Passivos não Derivativos	34.910.535	15.645.278	3.876.025	15.389.232	40.663.742	19.906.028	2.864.426	17.893.288
Depósitos de Instit. Financeiras	10.061.513	10.061.513	-	-	8.909.354	8.775.682	133.672	-
Depósitos de Clientes	23.170.215	5.444.788	3.719.409	14.006.018	30.123.850	10.948.307	2.075.445	17.100.098
Emissão de Títulos	1.426.576	603	70.299	1.355.674	1.383.055	43.411	565.661	773.983
Outros passivos financeiros	252.231	138.374	86.317	27.540	247.483	138.628	89.648	19.207

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de

caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de Trading e Banking

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE) e de todas as operações da carteira de negociação (VaR Trading), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* – EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII):

	30/09/2025				31/12/2024			
	Mínimo	Média	Máximo	30/09/2025	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2024
VaR PRE	-	-	-	-	-	-	-	-
VaR Trading	906	2.120	4.415	906	1.096	1.844	3.289	3.289
Banking	52.954	58.915	68.593	68.593	80.122	336.521	470.709	80.122

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	750	-	-	750
Total	750	-	-	750
Posição Líquida	750	-	-	750

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que

poderiam afetar negativamente as posições:

- Cenário 1:** Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.
- Cenário 2:** Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.
- Cenário 3:** Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	30/09/2025			31/12/2024		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(4.430)	(110.164)	(219.271)	(2.246)	(55.675)	(110.280)
IPCA	(345)	(7.513)	(13.164)	(330)	(7.249)	(12.648)
Dólar	(8)	(188)	(375)	(9)	(233)	(466)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	30/09/2025	31/12/2024
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7.629.067	14.136.715
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	456.783	398.685
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	750	933

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(888)	(21.659)	(42.399)
Índices de Preços	(341)	(7.394)	(12.918)
Moedas	(4)	(99)	(197)
Fundos	(4.333)	(108.329)	(216.659)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas

condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito - RWAcad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao período findo em 30 de setembro de 2025, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	30/09/2025	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado	2.442.351	2.357.214
(-) Redução Ajustes Prudenciais	(424.912)	(382.803)
(-) Ativos Intangíveis	(389.014)	(365.944)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	(32.929)	(13.464)
(-) Créditos Tributários	(2.969)	(3.395)
(+) Ajuste negativo decorrente da constituição de perdas esperadas	96.522	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	2.113.961	1.974.411
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	12.556.626	11.733.546
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.061.026	2.354.758
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	2.062	2.565
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	397	540
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.620.111	14.091.409
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	510.256	414.690
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,46%	14,01%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	68.593	80.122

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 30 de setembro de 2024 são as seguintes:

Demonstração do Resultado por Segmento

Em 30 de setembro de 2025:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (3)	1.060.763	33.100	-	1.093.863
Resultado de Prestação de Serviços (1)	171.066	(5.031)	(7.481)	158.554
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	48.277	10.358	(7.290)	51.345
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	107.622	(103)	107.519
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(258.721)	(9)	-	(258.730)
Despesas de Pessoal (1)	(399.430)	(25.754)	-	(425.184)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	2.285	21.929	-	24.214
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	106.677	-	(106.677)	-
Provisões	(18.593)	(6.246)	-	(24.839)
Despesas Tributárias	(75.674)	(18.470)	-	(94.144)
Outras Despesas Administrativas (2)	(297.307)	(15.762)	7.584	(305.485)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(27.956)	485	(50)	(27.521)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	311.387	102.222	(114.017)	299.592
Impostos Correntes e Diferidos	(38.008)	(36.819)	-	(74.827)
Resultado Líquido do Período	273.379	65.403	(114.017)	224.765
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	273.379	65.403	(114.017)	224.765
Total do Ativo	39.562.740	604.816	(1.035.757)	39.131.799
Passivo	36.899.461	162.356	(377.753)	36.684.064

Em 30 de setembro de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.049.597	24.864	-	1.074.461
Resultado de Prestação de Serviços (1)	162.518	(18.321)	(6.011)	138.186
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	-	1.054
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	20.317	-	-	20.317
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	90.829	(109)	90.720
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(100.445)	3	-	(100.442)
Despesas de Pessoal (1)	(362.278)	(24.042)	-	(386.320)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	386	26.943	-	27.329
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	89.849	-	(89.849)	-
Provisões	(15.635)	(355)	-	(15.990)
Despesas Tributárias	(74.056)	(11.435)	-	(85.491)
Outras Despesas Administrativas (2)	(287.929)	(13.812)	6.347	(295.394)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(10.324)	952	(232)	(9.604)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	473.054	75.626	(89.854)	458.826
Impostos Correntes e Diferidos	(122.782)	(24.281)	-	(147.063)
Resultado Líquido do Período	350.272	51.345	(89.854)	311.763
Resultado do Período Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	350.272	51.345	(89.854)	311.763
Total do Ativo	37.804.413	471.677	(798.481)	37.477.609
Passivo	35.363.633	145.612	(306.509)	35.202.736

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	30/09/2025			31/12/2024		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	482.295	482.295	-	398.683	398.683
Cotas de Fundos de Investimento	-	482.295	482.295	-	398.683	398.683
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	7.657.621	1.902	7.659.523	14.148.671	83.826	14.232.497
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	59.012	59.012
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	7.076.812	-	7.076.812	13.070.650	-	13.070.650
Títulos de Dívida de Emissores Privados	580.809	1.902	582.711	1.078.021	24.814	1.102.835

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	30/09/2025				31/12/2024			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	2.499.514	2.470.087	1.466.914	1.003.173	3.638.295	3.586.986	2.701.446	885.540
Créditos a Inst. Financeiras	13.218.029	13.218.029	-	13.218.029	4.454.961	4.454.961	-	4.454.961
Empréstimos e Recebíveis	12.038.611	12.038.611	-	12.038.611	11.285.113	11.285.113	-	11.285.113
Depósitos de Clientes (1)	23.493.455	23.005.449	-	23.005.449	22.841.860	22.464.175	-	22.464.175
Recursos de Inst.Financeiras(2)	10.323.258	10.313.797	-	10.313.797	8.917.652	8.917.652	-	8.917.652
Títulos de Dívida Emitidos	1.122.136	1.123.546	-	1.123.546	1.125.357	1.125.357	-	1.125.357

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.
(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/09/2025	31/12/2024
Disponibilidades	205.000	169.584
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	8.929.720	4.120.768
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.311.897	1.411.307
Letras do Tesouro Nacional - LTN	4.570.514	576.302
Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.047.309	2.133.159
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	196.000	106.000
Aplicações Voluntárias no Banco Central	196.000	106.000
Total	9.330.720	4.396.352

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	104.605	101.973
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	952.047	922.293
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	42.575	88.696
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	196.000	106.000
Total		1.295.227	1.218.962

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

a. Classificação

30/09/2025					
Categoria/Papel	sem vencto.	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	26.460	13.444	262.930	179.461	482.295
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	26.460	13.444	262.930	179.461	482.295
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	-	195.527	1.238.445	6.225.551	7.659.523
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	902.521	6.177.620	7.080.141
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	195.624	336.515	50.861	583.000
Perda de Valor Recuperável (Impairment)	-	(97)	(591)	(2.930)	(3.618)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	14.159.544	1.391.112	166.887	15.717.543
Títulos de Dívida de Emissores Públicos - Brasil	-	13.748.861	451.148	49.205	14.249.214
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	351.892	146.748	-	498.640
Títulos de Dívida Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	66.368	802.541	119.027	987.936
Perda de Valor Recuperável (Impairment)	-	(7.577)	(9.325)	(1.345)	(18.247)

31/12/2024					
Categoria/Papel	sem vencido	até 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	115.570	160.193	122.920	398.683
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	59.012	2.977.294	1.034.402	10.161.789	14.232.497
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.952.530	30.596	10.093.670	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	10.182	10.284	-	20.466
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	59.012	-	-	-	59.012
Debêntures	-	16.095	1.001.008	73.411	1.090.514
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.513)	(7.486)	(5.292)	(14.291)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	6.002.495	1.903.848	186.913	8.093.256
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	5.343.500	931.789	47.177	6.322.466
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Inst. Financeiras	-	620.961	373.582	-	994.545
Títulos de Dívida de Emissores Privados - Emp. Não Financeiras	-	40.881	599.409	139.824	780.114
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(2.847)	(934)	(88)	(3.869)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2024	Ganho	Perda	Impostos	PDD	Saldo
		Não Realizado				30/09/2025
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(31.478)	(94.898)	121.059	(11.697)	289	(16.725)

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	30/09/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Títulos e Valores Mobiliários	(3.618)	-	-	(3.618)	(14.291)	-	-	(14.291)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(3.279)	-	-	(3.279)	(6.056)	-	-	(6.056)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(49)	-	-	(49)	(90)	-	-	(90)
Debêntures	(290)	-	-	(290)	(8.135)	-	-	(8.135)
Letras Financeiras	-	-	-	-	(10)	-	-	(10)
Total	(3.618)	-	-	(3.618)	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	30/09/2025				31/12/2024			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(6.324)	-	-	(6.324)	(2.103)	-	-	(2.103)
Aplicações no Mercado Aberto	(6.105)	-	-	(6.105)	(1.937)	-	-	(1.937)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(219)	-	-	(219)	(166)	-	-	(166)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(1.202)	-	(10.721)	(11.923)	(1.766)	-	-	(1.766)
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	(230)	-	-	(230)	(766)	-	-	(766)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(230)	-	-	(230)	(288)	-	-	(288)
Títulos Públicos Federais - CVS	(21)	-	-	(21)	(33)	-	-	(33)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(26)	-	-	(26)	(29)	-	-	(29)
Debêntures	(255)	-	(10.721)	(10.976)	(338)	-	-	(338)
Letras Financeiras	(234)	-	-	(234)	(295)	-	-	(295)
Nota Comercial	(206)	-	-	(206)	(17)	-	-	(17)
Total	(7.526)	-	(10.721)	(18.247)	(3.869)	-	-	(3.869)

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 30 de setembro de 2025:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)
Novos ativos financeiros originados	(175)	-	-	(175)
Estorno de provisão de operações liquidadas	7.984	-	-	7.984
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	2.864	-	-	2.864
Saldos em 30 de setembro de 2025	(3.618)	-	-	(3.618)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Novos ativos financeiros originados	(110)	-	-	(110)
Estorno de provisão de operações liquidadas	166	-	-	166
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(4.277)	-	-	(4.277)
Saldos em 30 de setembro de 2025	(6.324)	-	-	(6.324)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)
Novos ativos financeiros originados	(167)	-	-	(167)
Estorno de provisão de operações liquidadas	189	-	-	189
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	533	-	(10.712)	(10.179)
Saldos em 30 de setembro de 2025	(1.211)	-	(10.712)	(11.923)

Em 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	8.728	-	-	8.728
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.175)	-	-	(11.175)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(891)	-	-	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	10.572	-	-	10.572
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.461)	-	-	(11.461)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	19	-	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Novos ativos financeiros originados	2.975	-	-	2.975
Estorno de provisão de operações liquidadas	(387)	-	-	(387)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.132)	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	30/09/2025	31/12/2024
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	210.415	123.623
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	210.415	123.623
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	79.503	121.328
Títulos de Renda Fixa - Públicos	79.503	121.328

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	30/09/2025			31/12/2024		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	714.567	(44.776)	669.791	688.544	(31.568)	656.976
Crédito comercial	3.517.956	(126.341)	3.391.615	3.320.339	(154.217)	3.166.122
Imobiliário	2.837.213	(28.053)	2.809.160	2.828.256	(43.756)	2.784.500
Industrial	22.011	(601)	21.410	10.134	(221)	9.913
Pessoal	4.033.164	(167.658)	3.865.506	3.719.365	(62.968)	3.656.397
Renegociação	282.869	(125.708)	157.161	326.693	(164.154)	162.539
Rural	1.151.955	(27.987)	1.123.968	865.396	(16.730)	848.666
Total	12.559.735	(521.124)	12.038.611	11.758.727	(473.614)	11.285.113

Movimentação do Impairment

Em 30 de setembro de 2025:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025	187.613	34.633	251.368	473.614
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(51.772)	19.079	-	(32.693)
Estágio 1 para o Estágio 3	(5.180)	-	109.731	104.551
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(10.888)	61.756	50.868
Estágio 2 para o Estágio 1	1.847	(10.197)	-	(8.350)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	8.095	(47.817)	(39.722)
Estágio 3 para o Estágio 1	80	-	(1.475)	(1.395)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	40.946	10.006	38.098	89.050
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	34.673	(6.219)	10.322	38.776
Estorno de provisão de contratos liquidados	(34.391)	(5.420)	(113.764)	(153.575)
Total dos movimentos com impactos no resultado	173.816	39.089	308.219	521.124
Perda Esperada em 30 de setembro de 2025	173.816	39.089	308.219	521.124

Em 31 de dezembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.261)	9.765	-	8.504
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.077)	-	41.150	40.073
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(32.345)	76.330	43.985
Estágio 2 para o Estágio 1	27.863	(129.048)	-	(101.185)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	492	(2.237)	(1.745)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.373	-	(28.612)	(27.239)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	89.134	5.108	79.814	174.056
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	3.733	(3.967)	1.766	1.532
Estorno de provisão de contratos liquidados	(7.708)	(32.158)	(114.037)	(153.903)
Total dos movimentos com impactos no resultado	187.613	34.633	251.368	473.614
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024	187.613	34.633	251.368	473.614

Composição por vencimento

	30/09/2025	31/12/2024
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	12.559.735	11.758.727
Prestações Vencidas	174.444	85.214
A partir de 1 dia	174.444	85.214
Prestações a Vencer	12.385.291	11.673.513
Até 1 ano	3.733.403	1.167.441
De 1 a 5 anos	4.959.874	2.237.452
Acima de 5 anos	3.692.014	8.268.620

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	30/09/2025		30/09/2024	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	466.006	466.006	389.279	389.279
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(116.502)	(93.201)	(97.320)	(77.856)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	26.311	21.048	23.481	18.785
Resultado de Equivalência Patrimonial	27.833	20.583	22.919	17.036
Adições (exclusões) de caráter permanente	(21.367)	(5.947)	(14.504)	(4.204)
Adições (exclusões) de caráter temporário	(10.908)	(8.412)	(10.085)	(8.063)
Total dos Valores Devidos	(94.633)	(65.929)	(75.509)	(54.302)
Realização da Reserva de Reavaliação	69	56	20	15
Incentivos Fiscais	3.948	-	2.992	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(90.616)	(65.873)	(72.497)	(54.287)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(981)	(806)	(190)	(141)
Ativo Fiscal Diferido	46.507	36.942	(10.955)	(8.993)
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(45.090)	(29.737)	(83.642)	(63.421)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 24,98% e 32,05% para o acumulado de 9 meses de 2025 e 2024, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2025
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	201.223	298.779	(335.994)	164.008
Ações Trabalhistas	28.552	5.681	(4.260)	29.973
Ações Cíveis	27.308	4.510	(3.235)	28.583
Contingências Fiscais	17.691	6.873	(4.430)	20.134
Outras Contingências	14.315	23.366	(18.668)	19.013
Ajustes de IFRS*	(11.556)	(271)	7.609	(4.218)
Total de Adições Temporárias	277.533	338.938	(358.978)	257.493
Crédito Tributário Não Corrente	1.528	(1.528)	-	-
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	279.061	337.410	(358.978)	257.493
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Adoção Inicial / Resolução 4966	-	105.251	-	105.251
Ajustes ao Valor de Mercado - VJORA	29.457	5.421	(17.697)	17.181
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	29.457	110.672	(17.697)	122.432
Total Geral dos Créditos Tributários	308.518	448.082	(376.675)	379.925
Total dos Créditos Tributários Ativos	308.518	448.082	(376.675)	379.925

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2024	Constituição	(Realização)	Saldo em 30/09/2025
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de Leasing	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	20.284	2.042	(255)	22.071
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo - Tít. Disp. P/Venda	39	-	(40)	(1)
Reserva de Reavaliação de Imóveis	(695)	-	(125)	(820)
Total Geral dos Débitos Tributários	19.628	2.042	(420)	21.250

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2025	6.927	5.542	-	-	12.469
2026	47.775	38.220	-	-	85.995
2027	35.281	27.730	-	-	63.011
2028	28.604	22.884	-	-	51.488
2029	22.929	18.343	-	-	41.272
2030 a 2034	69.828	55.862	-	-	125.690
Total	211.344	168.581	-	-	379.925
Valor Presente	158.865	126.684	-	-	285.549
Valor Presente em 30/09/2024	152.361	121.584	-	-	273.945

13. OUTROS ATIVOS

	30/09/2025	31/12/2024
Depósitos Judiciais dados em Garantia	206.442	195.558
Depósitos Trabalhistas	44.848	41.297
Depósitos Cíveis	55.423	52.177
Depósitos Fiscais	103.711	99.978
Depósitos de Sinistros	2.115	1.710
Outros Depósitos	345	396
Impostos e Contribuições a Compensar	13.968	14.370
Pagamentos a Ressarcir	33.665	30.943
Serviços Prestados a Receber	3.027	3.106
Adiantamentos e Antecipações Salariais	14.673	6.536
Adiantamentos para Pagamentos	25.879	26.303
Arrendamentos Operacionais a Receber	-	14
Despesas Antecipadas	63.118	68.024
Participações Pagas Antecipadamente	19.001	18.083
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	115.110	112.534
Devedores Diversos - País	148.310	109.008
Outros Ativos	8.010	7.930
Total	651.203	592.409

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	30/09/2025	31/12/2024
Relações Interfinanceiras		115.110	112.534
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	10.341	4.612
Sistema Financeiro da Habitação		97.278	100.459
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.526	3.711
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	105.466	108.462
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.491	7.463
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		115.110	112.534

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/09/2025	31/12/2024
Custo de aquisição		
Saldo no Início do Período	47.910	65.707
Aquisições	27.670	45.883
Alienações / Baixas	(28.415)	(63.819)
Transferências	174	139
Total	47.339	47.910
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Período	(1.506)	(1.888)
Desvalorização	(8.887)	(15.372)
Baixas / Alienações	9.179	15.754
Total	(1.214)	(1.506)
Resultado Líquido	46.125	46.404

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2024	4.050	61.259	33.447	120.262	25.177	7.856	101.798	353.849
Aquisições	-	5.188	5.238	34.017	39.052	395	43.175	127.065
Alienações/ Baixas	(444)	(1.663)	(302)	(4.031)	(38.851)	-	(20.809)	(66.100)
Transferências	-	713	(4.618)	4.405	213	187	-	900
Saldo Final em 30/09/2025	3.606	65.497	33.765	154.653	25.591	8.438	124.164	415.714
Depreciação								
Saldo em 31/12/2024	(2.407)	(32.688)	(19.010)	(90.361)	(14.758)	(6.323)	(24.336)	(189.883)
Depreciação do Período	(49)	(3.831)	(1.159)	(6.744)	(858)	(305)	(20.354)	(33.300)
Baixas/Alienações	190	764	274	4.003	108	-	23.521	28.860
Saldo Final em 30/09/2025	(2.266)	(35.755)	(19.895)	(93.102)	(15.508)	(6.628)	(21.169)	(194.323)
Saldo Líquido Final em 30/09/2025	1.340	29.742	13.870	61.551	10.083	1.810	102.995	221.391
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.643	28.571	14.437	29.901	10.419	1.533	77.462	163.966

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2024	214.350	12.127	293.682	85.971	606.130
Aquisições	10.164	-	50.344	23.518	84.026
Alienações / Baixas	-	(14)	(586)	-	(600)
Transferências	70.669	-	(13)	(70.673)	(17)
Saldo Final em 30/09/2025	295.183	12.113	343.427	38.816	689.539
Depreciação					
Saldo em 31/12/2024	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Amortização do Período	(14.244)	(432)	(41.286)	-	(55.962)
Baixas / Alienações	-	15	-	-	15
Transferências					
Saldo Final em 30/09/2025	(124.474)	(8.350)	(149.336)	-	(282.160)
Saldo Líquido Final em 30/09/2025	170.709	3.763	194.091	38.816	407.379
Saldo Líquido em 31/12/2024	104.120	4.194	185.632	85.971	379.917

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 30/09/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
No País:	10.323.258	8.917.652	-	-
Depósitos à Vista	1.598	911	-	-
Operações Compromissadas	9.867.747	8.691.325	10,43% a.a.e 14,90% a.a.	12,02% e 12,15% a.a.
Obrigações por Repasses:	319.853	192.895	-	-
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	196.600	185.557	-	-
BNDES	-	-	-	-
Finame	24.253	7.338	-	-
Outras Instituições	99.000	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	134.060	32.521	9,00% a.a. e 14,90% a.a.	10,50% e 12,15% a.a.
Total	10.323.258	8.917.652		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	1.598	911		
Exigível a Prazo	10.321.660	8.916.741		
Até 1 ano	10.287.533	8.892.949		
De 1 a 5 anos	34.127	23.792		
Acima de 5 anos	-	-		
Total	10.323.258	8.917.652		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 30/09/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Depósitos à Vista	1.019.614	983.072	-	-
Depósitos a Prazo	17.730.100	17.214.632	2,00% a.a.e 14,90% a.a.	0,57% a 100,00% CDI
Depósitos de Poupança	4.739.608	4.644.156	0,67% a.m. e 0,68% a.m.	0,52% e 0,63% a.a.
Outros	4.133	-	-	-
Total	23.493.455	22.841.860		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	10.215.740	9.681.063		
Exigível a Prazo	13.277.715	13.160.797		
Até 1 ano	1.875.597	1.642.960		
De 1 a 5 anos	10.985.290	10.930.847		
Acima de 5 anos	416.828	586.990		
Total	23.493.455	22.841.860		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	30/09/2025	31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 30/09/2025	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024
Letras de Crédito Imobiliário	187.948	573.341	11,92%a.a e 14,90%a.a	80,00%CDI e 96,00%CDI
Letras de Agronegócio	934.188	552.016	11,92%a.a e 14,90%a.a	80,00%CDI e 96,00%CDI
Total	1.122.136	1.125.357		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	-	42.824		
De 91 a 360 dias	938	514.529		
Acima de 360 dias	1.121.198	568.004		
Total	1.122.136	1.125.357		

Os passivos financeiros denominados de “Títulos de dívida emitidos” são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que deversem ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	30/09/2025					30/09/2024				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2024	63.517	60.807	39.890	433	164.647	64.611	66.184	45.070	314	176.179
Constituições/Atualizações	12.617	9.256	7.131	56	29.060	19.698	4.885	2.285	636	27.504
Pagamentos/Reversões	(9.507)	(6.256)	(1.133)	(301)	(17.197)	(19.142)	(8.567)	(3.797)	(550)	(32.056)
Saldo Atual	66.627	63.807	45.888	188	176.510	65.167	62.502	43.558	400	171.627

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 98,49% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 30 de setembro de 2025, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 66.627 (R\$ 65.167 em 30/09/2024) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito

judicial R\$ 41.592 (R\$ 40.579 em 30/09/2024) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.256 (R\$ 3.646 em 30/09/2024).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	30/09/2025		31/12/2024	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	15.823	62.083	10.487	60.336
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	27.400	37.892	26.059	36.037
Honorários - Diversas Ações	2.665	-	3.344	-
Outros	-	3.736	-	3.605
Total	45.888	103.711	39.890	99.978

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991 - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base

de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 13.168 (R\$ 18.285 em 30/09/2024).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 298.236 (R\$ 309.366 em 30/09/2024) sendo que as mais relevantes representam R\$ 10.589 (R\$ 10.589 em 30/09/2024).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 472 (R\$ 22.163 em 30/09/2024) referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2025	31/12/2024
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	102.954	77.650
Impostos a Recolher	55.221	40.897
Obrigações por Aquisição de Bens	65.515	58.427
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	125.458	138.578
Obrigações Sociais e Estatutárias	30.007	91.595
Pagamentos a Efetuar	107.310	125.839
Receita Diferida	-	3.437
Recursos em Trânsito de Terceiros	-	11.999
Relações Interfinanceiras	584.738	586.531
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	225	37
Credores por Recursos a Liberar	19.357	79.876
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	94.806	27.292
Obrigações por Transações de Pagamentos	-	33
Obrigações por Convênios Oficiais	50.344	35.927
Credores Diversos - País	156.481	142.719
Outros Passivos	51.808	42.498
Total	1.444.224	1.463.335
Total Passivo Circulante	1.330.947	1.368.102
Total Passivo Não Circulante	113.277	95.233

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	30/09/2025	31/12/2024
até 1 ano	26.055	24.981
de 1 ano a 5 anos	52.347	45.025
acima de 5 anos	24.551	7.644
Total	102.953	77.650

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em setembro de 2025:

	Agrupamento de Ramos		
Movimentação do grupo de contas	Danos	Pessoas	Total
Saldo Inicial em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	152.191	141.216	293.407
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(55.096)	(25.025)	(80.121)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(286)	-	(286)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	42.193	25.103	67.296
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(143.978)	(121.960)	(265.938)
Saldo Final em 30/09/2025	102.190	(67.372)	34.818

Em dezembro de 2024:

	Agrupamento de Ramos		
Movimentação do grupo de contas	Danos	Pessoas	Total
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	180.694	173.843	354.537
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(58.458)	(31.537)	(89.995)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(333)	-	(333)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	47.982	31.575	79.557
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	32.669	(372.966)	(340.297)
Saldo Final em 31/12/2024	107.166	(86.706)	20.460

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em setembro de 2025:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2024	11.515
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	-
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 30/09/2025	11.515

Em dezembro de 2024:

	Ramo
Movimentação do grupo de contas	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Trimestre	-
Saldo Final em 31/12/2024	11.515

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro

Em setembro de 2025:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	38.689	21.974	60.663
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(19.862)	(12.117)	(31.979)
Saldo Final Ajustado	18.827	9.857	28.684

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.718	20.682	54.400
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.304)	(4.659)	(24.963)
Saldo Final Ajustado	13.414	16.023	29.437

23. MARGEM FINANCEIRA

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	759.897	335.207
Créditos a Instituições Financeiras	44.930	60.622
Empréstimos e Recebíveis	1.485.930	1.190.762
Títulos de Investimento	1.604.215	1.853.970
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	53.329	41.337
Outras Receitas Financeiras	918	6.193
Total	3.949.219	3.488.091
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(994.660)	(1.001.356)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.855.857)	(1.410.840)
Depósitos Especiais	(493)	(398)
Outras Despesas Financeiras	(4.346)	(1.036)
Total	(2.855.356)	(2.413.630)
Margem Financeira	1.093.863	1.074.461

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	86.669	85.818
Cartões de Crédito/ Débito	61.484	48.868
Administração de Fundos de Investimentos	14.584	24.101
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	10.905	10.214
Arrecadações e Convênio	18.940	19.005
Transferência de Fundos e Recursos	-	12.984
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	-	13.787
Cobrança	11.723	11.157
Corretagem de Seguros, Previdência e Capitalização	34.149	23.106
Serviços de Custódia	678	580
Outras Receitas de Prestação de Serviços	27.155	8.225
Total	266.287	257.845
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(57.066)	(65.981)
Cartões de Crédito	(28.019)	(27.249)
Correspondente Bancário	(12.880)	(13.654)
Informação Cadastral	(2.761)	(2.692)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(13.406)	(22.386)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(14.414)	(21.117)
Despesas de Corretagem de Seguros	(21.534)	(16.906)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(2.665)	(3.034)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(12.054)	(12.621)
Total	(107.733)	(119.659)
Resultado Líquido	158.554	138.186

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	-	1.054
Fundos de Investimento	51.345	-
Total	51.345	1.054
Resultado Líquido	51.345	1.054

26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Títulos de Renda Fixa	-	20.317
Total	-	20.317
Despesas		
Total	-	-
Resultado Líquido	-	20.317

27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	124.406	123.691
Pessoas	162.935	141.571
Total	287.341	265.262
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(121.168)	(117.814)
Pessoas	(58.654)	(56.728)
Total	(179.822)	(174.542)
Resultado de Seguros e Previdência	107.519	90.720

28. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	510.617	113.110
Total	510.617	113.110
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(759.340)	(210.176)
Outras Provisões	(10.007)	(3.376)
Total	(769.347)	(213.552)
Resultado Líquido	(258.730)	(100.442)

29. DESPESA DE PESSOAL

	30/09/2025	30/09/2024
Salários	(244.900)	(217.985)
Encargos Sociais Obrigatórios	(72.176)	(72.093)
Benefícios	(70.561)	(62.865)
Participações Estatutárias no Lucro	(26.206)	(24.048)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(7.422)	(6.232)
Treinamento	(3.052)	(1.947)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(212)	(287)
Remuneração do Conselho Fiscal	(655)	(863)
Total	(425.184)	(386.320)

30. PROVISÕES

	30/09/2025	30/09/2024
Receitas		
Reversão de Provisões Trabalhistas	16	-
Reversão de Provisões Cíveis	3.141	7.655
Reversão de Provisões Fiscais	1.013	3.305
Reversão de Provisões Outras	-	549
Total	4.170	11.509
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(12.617)	(19.698)
Contingências Cíveis	(9.256)	(4.885)
Contingências Fiscais	(7.131)	(2.285)
Contingências Outras	(5)	(631)
Total	(29.009)	(27.499)
Resultado das Provisões	(24.839)	(15.990)

31. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	30/09/2025	30/09/2024
Contribuição ao Cofins	(66.935)	(58.878)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(14.416)	(13.767)
Contribuição ao PIS/PASEP	(11.220)	(9.665)
IPTU	(1.264)	(1.101)
Outras	(309)	(2.080)
Total	(94.144)	(85.491)

32. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	30/09/2025	30/09/2024
Depreciações e Amortizações	(89.262)	(77.345)
Serviços Técnicos Especializados	(47.903)	(53.399)
Processamento de Dados	(41.766)	(46.252)
Segurança e Vigilância	(19.551)	(18.423)
Manutenção e Conservação de Bens	(18.380)	(19.911)
Comunicação	(10.016)	(9.158)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(27.510)	(24.299)
Transporte	(8.647)	(8.872)
Água, Energia e Gás	(4.609)	(4.845)
Serviços de Terceiros	(11.434)	(11.730)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(6.960)	(5.157)
Viagens	(1.092)	(1.857)
Materiais	(1.777)	(2.082)
Aluguéis(1)	(2.003)	(2.074)
Seguros	(214)	(237)
Contribuições Filantrópicas	(1.811)	(1.118)
Outras Despesas Administrativas	(12.550)	(8.635)
Total	(305.485)	(295.394)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

33. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	30/09/2025	30/09/2024
Outras Receitas		
Dividendos de Ações Disponíveis para Venda	-	2
Ganho de Capital	-	2.777
Recuperação de Encargos e Despesas	2.435	1.915
Atualizações Monetárias	10.758	9.082
Depósitos Judiciais	10.694	9.056
Outras Atualizações	64	26
Receitas de Aluguéis	705	-
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	-	770
Reversão de Provisões Operacionais	5.703	16.918
Reversão de Provisões - Recursos Humanos	1.257	-
Variações Cambiais Ativas	806	840
Outras Receitas Operacionais	8.899	1.659
Outras Rendas Não Operacionais	2.465	977
Total	33.028	34.940
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(18.471)	(17.734)
Despesas com Cartões	(5.671)	(5.279)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	(51)	-
Perda de Capital	(707)	-
Ressarcimento de Custos	(4.747)	(1.690)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	-	(37)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(13.460)	(5.832)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(476)	(1.603)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.725)	(1.088)
Despesa com Processos Cíveis	(235)	(85)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.344)	(1.204)
Despesa com Regulação de Seguros	(522)	(535)
Variações Monetárias Passivas	(115)	(42)
Variações Cambiais Passivas	(58)	(174)
Outras Despesas Operacionais	(12.967)	(8.840)
Outras Despesas Não Operacionais	-	(401)
Total	(60.549)	(44.544)
Resultado Líquido	(27.521)	(9.604)

34. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 30 de setembro de 2025 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 224.765 (R\$ 311.763 em 2024), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 347.504.146 (315.912.860 em 2024). O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 0,65 em 30 de setembro de 2025 e R\$ 0,99 em 30 de setembro de 2024.

35. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - O terceiro trimestre de 2025 iniciou com o Capital Social constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencentes ao Estado do Espírito Santo. Após a bonificação de 10% sobre os totais das ações realizada em Setembro, a nova estrutura de Capital Social passou a contar com 254.106.600 ações ordinárias e 93.397.546 preferenciais, preservando as mesmas características anteriores - nominais, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. O Estado do Espírito Santo permanece sendo o proprietário de 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das preferenciais, sem alterações dos percentuais após a bonificação.

b. Aumento de Capital - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25/04/2025 foi aprovado o aumento de capital social da Instituição no montante de R\$ 300.000.000 (trezentos milhões de reais) mediante a capitalização da reserva de lucros, com bonificação de ações. Após a aprovação do órgão regulador – Banco Central do Brasil – foi efetivado o aumento de capital, com a bonificação com emissão de 31.591.286 novas ações, emitidas ao custo unitário de R\$ 9,4962895781, sendo 23.100.600 ações ordinárias e 8.490.686 ações preferenciais, atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 10% de ações do mesmo tipo que possuíam na data de direito.

c. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva para Equalização de Dividendos** - está limitada a 20% do capital social e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/1976.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	30/09/2025	30/09/2024
Base de Cálculo:		
Lucro do Período BRGAAP	304.431	259.449
Reserva Legal	(15.222)	(12.928)
Base de cálculo	289.209	246.521
Total Dividendos e JSCP do Período	105.243	93.924

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no período findo em 30 de setembro de 2025 no montante de R\$ 105.243 (R\$ 93.924 em 2024), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 774 (R\$ 687 em 2024), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 104.469 (R\$ 93.237 em 2024), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2026.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2025 e 2024:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2025	22.500	(165)	22.335	0,071222172
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2025	37.743	(278)	37.465	0,119473227
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/25	22.500	(166)	22.334	0,071222171
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	105.243	(774)	104.469	0,333139742

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre /2024	29.124	(214)	28.910	0,092189979
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/24	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos	93.924	(687)	93.237	0,297309834

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 26/04/2024 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

36. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento BANESTES MEZ I FFIDC, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica “Receitas de Prestação de Serviços” na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	30/09/2025	31/12/2024
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	114.164	136.493
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	140.100	159.790
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.587.476	1.335.200
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	36.023	50.102
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	85.093	131.077
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	4.074.881	3.294.832
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	561.406	465.154
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	186.791	158.328
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	214.255	1.175.512
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	54.939	57.672
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.474	7.511
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	251.378	235.518
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	365.592	339.546
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	17.147	70.603
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	155.121	147.617
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	9.775	8.317
FUNSES FIC FIM	871.803	735.744
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.712	2.217
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	19.272	18.167
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	16.617	18.361
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	13.947	12.560
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.715	5.136
BANESTES Reserva Climática FIF Renda Fixa Referenciado DI Responsabilidade Limitada	1.105.569	-
Banestes Adm.Rec. Terc. - Banestes FIF Banestes Tenax	2.339	-
Banestes Adm. Rec. Terc.- FIF- Banestes FIF Soberano Simples	103.607	-
Total	10.003.196	8.565.457

37. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No período de janeiro a setembro de 2025 as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 10% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 12.847 (R\$ 10.488 em 2024). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, por meio da Portaria Previc n.º 471, de 26/05/2025, publicada no Diário Oficial da União de 02/06/2025, a alteração do Regulamento dos Plano II e III de Aposentadoria. As alterações aprovadas contemplam, principalmente, o aumento do limite máximo da contribuição normal dos Patrocinadores de 9% (nove por cento) para 10% (dez por cento), a partir do mês de competência julho/2025.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (déficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, “a relação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

O primeiro semestre de 2025 apresentou resultado superavitário, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 30 de setembro de 2025 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 96.992 (R\$ 146.835 em 2024).

Transação	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):	(6.938)	(6.660)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.938)	(6.660)	-	-
Depósitos à Vista (2):	(34.122)	(11.891)	-	-
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(34.122)	(11.891)	-	-
Depósitos a Prazo (2):	(5.420.656)	(5.683.336)	(567.620)	(492.235)
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.420.656)	(5.683.336)	(567.620)	(492.235)
Demais Transações (3):	135.662	111.303	8.176	8.821
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(619)	(708)
Companhia Espiritosantense de Saneamento - CESAN	135.662	111.303	13.276	9.529
Prodest Hospedagem Equipamentos TIC em Data Center	-	-	(1.391)	-
Fundação Banestes de Seguridade Social - Baneses	-	-	(2.949)	-
Caixa De Assistência Dos Empregados Do Sistema Financeiro Banestes - BANESCAIXA	-	-	(141)	-

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	30/09/2025				30/09/2024			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	1.252	5.955	655	212	995	5.467	633	287
Gratificação Natalina	-	214	-	-	-	-	-	-
Participação nos resultados	153	351	-	-	129	272	-	-
Benefícios pós-emprego	-	184	-	-	-	219	-	-
Totais:	1.405	6.704	655	212	1.124	5.958	633	287

39. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR - CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024
BRGAAP	2.442.351	2.357.214	304.431	259.449
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM - PDD	(1.468)	(110.797)	(124.666)	95.773
Contratos de Arrendamento	-	3	-	1.989
Efeito Fiscal	430	44.907	60.814	(43.560)
Outros	6.422	22.221	(15.814)	(1.888)
IFRS	2.447.735	2.313.548	224.765	311.763
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	5.384	(43.666)	(79.666)	52.314

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

40. EVENTO SUBSEQUENTE

Em continuidade ao Fato Relevante divulgado em 20 de agosto de 2024, foi divulgado um novo Fato Relevante em 22 de outubro de 2025, que marca o início do período de negociação exclusiva com o Consórcio World Lottery. Este consórcio foi escolhido após uma análise das propostas apresentadas e a verificação da qualificação técnica e econômico-financeira dos interessados em operar e explorar a BANESTES Loteria S.A., em associação com o BANESTES.

Durante o tempo de negociação exclusiva, o BANESTES e o Consórcio World Lottery irão examinar os termos e condições dos contratos definitivos da possível parceria, além de finalizar a diligência recíproca que começou durante a fase de avaliação das propostas. O estabelecimento da parceria depende da conclusão bem-sucedida das conversas entre as partes, e não há garantias de que estas discussões resultarão na assinatura de contratos definitivos.

A Administração declara que neste momento não é possível apresentar estimativas financeiras acerca desse evento.

41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 13 de novembro de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 13 de novembro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Marcos Travaglia
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Célia Lúcia Vieira
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
José Roberto Macedo Fontes
Mário Zan Barros (Coordenador)

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

www.banestes.com.br



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória – ES

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("Banestes") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para o período de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – *Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade* e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Rio de Janeiro, 13 de novembro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Analizamos os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2025, auditadas pela KPMG, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Informações Contábeis, Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório de Revisão, sem ressalva, emitido pela KPMG Auditores Independentes.

Considerando tratar-se de informações contábeis intermediárias e que os trabalhos de revisão dos auditores independentes, não identificaram falhas em sua elaboração, no que diz respeito aos aspectos relevantes, que estivessem em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, cujo efeito pudesse comprometer, de forma material, a fidedignidade dessas informações contábeis, o Comitê de Auditoria emite esta Manifestação favorável à aprovação das Informações Contábeis, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, pelo Conselho de Administração.

Vitória (ES), 13 de novembro de 2025

Mário Zan Barros

Christiano Santos Corrêa

José Roberto Macedo Fontes

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, bem como os Relatórios do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, e o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 13 de novembro de 2025

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro

Célia Lúcia Vieira
Conselheira

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro

Murilo de Campos Cuestas
Conselheira

Tamires Endringer Depes
Conselheira

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Informações Trimestrais - ITR individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao período findo em 30 de setembro de 2025 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 13 de novembro de 2025

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores
e de Finanças